



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Comissão Especial

Parecer em turno único sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 26/2023 , originária do Projeto de Lei nº 783/2019

Relatório

Aprovado pelo Plenário, o **Projeto de Lei nº 783/2019**, que "Altera a Lei nº 8.616/03. que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte", de autoria das vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, deu origem à Proposição de Lei nº **26/2023**, que foi encaminhada para sanção ou veto do prefeito.

Tendo sido parcialmente vetado, constituiu-se, na forma regimental, Comissão Especial para análise dos motivos do veto, da qual fui designado relator e, nesta condição, passo a emitir parecer e voto.

Fundamentação

Em ofício de nº9 encaminhado pelo Chefe do poder Executivo do município de Belo Horizonte, são apresentadas as razões que levaram a vetar parcialmente a **proposição de Lei nº26, de 2023**. Conforme ofício fora vetado o Art.1º.

Em proposição enviada ao Chefe do Poder Executivo o Art.1º acrescenta:

Art. 1º - Ficam acrescentados à Lei nº 8.616. de 14 de julho de 2003, os seguintes arts. 152-A e 152-B:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

"Art 152-A - Nas manifestações de caráter cívico, social, cultural, político, religioso, esportivo ou econômico, que ocorram de modo espontâneo, será autorizado o uso dos respectivos logradouros para o exercício de atividade de comercialização de bebidas em veículo de tração humana.

§ 1º - Os que pretendam exercer as atividades de que trata o caput deste artigo serão credenciados pelo Poder Executivo em conformidade com o procedimento disposto em regulamento, ficando dispensados da obtenção de licença prevista no art. 116 desta lei.

§ 2º - As pessoas credenciadas para o exercício da atividade ele que trata este artigo firmarão Termo de Adesão com o Município, que conterá as condições referentes à autorização concedida.

§ 3º - A autorização de que trata o caput deste artigo não se aplica ao período oficial do Carnaval, definido pelo Poder Executivo em ato próprio.

Art. 152-B - O acondicionamento das mercadorias deve-se dar em recipiente ou caixa térmica que garanta sua adequada conservação, sendo vedada a comercialização de bebidas em vasilhames de vidro ou material quebrável."



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

o

s

proposição de lei nº 26/2023, estabelece que para o uso dos logradouros públicos nas manifestações de caráter cívico, social, cultural, político, religioso esportivo ou econômico que ocorram de modo espontâneo não se faz necessário o uso de licenciamento prévio junto ao Poder Executivo.

Ao excluírem a necessidade de licenciamento para o exercício da atividade de comercialização de bebidas em veículo de tração humana, altera atribuições de órgãos e entidades da administração pública adentrando em competências exclusivas do Chefe do Poder Executivo Municipal conforme previsto no art . 88, II alínea “d” da Lei Orgânica do Município:

“Art. 88 - São matéria de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

II - do Prefeito:

d) a criação, organização e definição de atribuições de órgãos e entidades da administração pública, exceto as da Defensoria do Povo;”

Ademais de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF -, o estabelecimento de requisitos para a concessão ou dispensa de alvarás e licenças está relacionado a uma atuação tipicamente reservada ao Poder Executivo, incorrendo em inconstitucionalidade a proposição de iniciativa parlamentar que busque disciplinar tais aspectos da gestão administrativa (ADIs nos 5.696, 5.352, 5.312 e 5.077). Logo, ao interferir em matéria tipicamente do



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Poder Executivo, configura interferência indevida do Poder Legislativo em ato próprio do Chefe do Executivo do Município.

Conclusão

Diante do exposto, **opino pela manutenção do veto** parcial à Proposição de Lei nº 26/2023 ao Projeto de Lei nº 783/2019.

Belo Horizonte, 02 de maio de 2023.

Vereadora Janaina Cardoso

União Brasil